

MINHA EXPERIÊNCIA COMO PSICANALISTA DO CENTRO DE DIREITO E PSICANÁLISE DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DE MINAS GERAIS

Judith Euchares Ricardo de Albuquerque*

Há sete anos fui convidada para trabalhar na Escola Judicial, junto aos juízes, com a incumbência de observar o trabalho deles, para propor algum tipo de atuação, já que “Atualmente, não é fácil ser juiz.” Essa foi a frase que ouvi e que me instigou a entrar em contato com o cotidiano das audiências do trabalho, para conhecer o universo do trabalhador juiz.

Várias audiências ao dia, um enorme entra e sai de pessoas, várias demandas que logo percebi não serem somente dirigidas ao Judiciário, mas também àquele que, assentado ali, como juiz, representa a autoridade e é alvo de todo o imaginário dos que lá estão. Logo pude perceber que as demandas incluíam afetos de toda ordem e que, na realidade, as pessoas estavam ali para tentarem resolver seu mal-estar, mesmo que para isso tivessem que travesti-lo em demanda trabalhista. É como se buscassem no Judiciário a perdida orientação de outrora, que vem da função paterna.

Situações como o caso de uma jovem mãe, amamentando em audiência seu filho com um mês de vida e dizendo que precisa deixar o emprego porque não tem ninguém que fique com seus três filhos. Vai à Justiça, então, em busca de algum benefício a mais, mesmo tendo, ela mesma, pedido demissão. O marido, desempregado, passa o dia fora, fazendo alguns biscates e à procura de um emprego que aumente um pouco mais a renda da família. Sensibilizado, o juiz, que tem um filho pequeno em casa, me diz que uma situação como essa o angustia muito.

Casos como o de uma mãe desesperada porque perdeu seu jovem filho quando este fazia o carregamento de um elevador da empresa que se desprendeu e o esmagou. Situação difícil para qualquer juiz que, mesmo fazendo com que o empregador assuma o que é de sua responsabilidade, sabe que é impossível haver uma resposta suficiente para o desespero de uma mãe que se vê diante da perda de seu verdadeiro objeto de amor.

Também, o caso do empregador que, falido, mas tentando aparentar uma masculinidade imponente de quem possui um *status* do qual se orgulha, chora em audiência, absolutamente constrangido, ao ser informado de que terá que quitar sua dívida trabalhista, mesmo sem condição para isso. Situação que deixa claro o sofrimento de um homem que se vê numa posição feminina, ao lidar com o choro, a dívida e a falta, diante de uma juíza.

Audiências em que casos amorosos e de difícil solução entre patrão e empregado chegam ao Judiciário, porém, portando uma roupagem de demanda trabalhista.

* Psicóloga-Psicanalista responsável pelo Centro de Direito e Psicanálise da Escola Judicial do TRT da 3ª Região. Coordenadora do grupo NIEP-J (Núcleo de Investigação e Estudo em Psicanálise e Psiquiatria Judiciária). Preceptora do Programa de Residência Médica de Psiquiatria Forense do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assédio sexual, assédio moral; um pedófilo que traz o horror a uma juíza ao descrever o que fazia, como empregado de uma igreja, às criancinhas que aguardavam, enquanto seus pais participavam dos cultos. Como ser aí um magistrado, diante do deboche que o ato perverso dirige ao Judiciário?

Ainda, a difícil situação de um juiz que teve que ir se encontrar com uma importante testemunha arrolada no processo, mas que, na hora de sua oitiva, não conseguia ir à sala de audiência, permanecendo agarrada ao corrimão da escada do prédio da Justiça, em pânico, sem que nada, nem ninguém, conseguisse fazer com que ela se movesse. Como convencê-la a se soltar desse corrimão? Como lidar com o medo de alguém, mesmo sem entendê-lo?

Outro processo que diz respeito a uma jovem mulher que, aparentemente vivendo um momento de realizações em sua vida pessoal, mas, supostamente submetida por seu empregador a sucessivas pressões e alterações na organização do trabalho, suicida. A família, então, certa do abuso por parte da empresa, pleiteia, após um ano de sua morte, o reconhecimento, por parte da justiça, da desastrosa saga de humilhações e desrespeito aos quais sua filha foi submetida. Para a juíza responsável pelo caso inicia-se um processo de inédito manejo, em função do tempo passado desde a morte da reclamante, da necessidade de um bom e difícil trabalho de perícia, além do início de um contato com as partes, que envolve muito sofrimento. É a constatação de que exercer a magistratura, na atualidade, é conviver com o real que impõe o sem-sentido e, nesse terreno, o juiz tem que decidir.

Também o caso do reclamante que demanda há 17 anos, com regulares petições protocoladas no Judiciário de todo o país e se recusa a receber a quantia líquida de mais de um milhão e quinhentos mil reais. Cria semanalmente petições onde se nomeia *jus postulandi* pré-cadáver e deixa claro que estar vivo não depende do dinheiro, mas sim da possibilidade de como um pré-cadáver pode peticionar ao grande Outro do Judiciário, para não vir a se tornar um cadáver. Como ele mesmo nos diz em uma de suas petições, em letra caixa alta: “EVIDENTEMENTE, HÁ OU NÃO DANOS IRREPARÁVEIS EM JOGO, EXCELENTÍSSIMOS MINISTROS?”

Foi com esse quadro que me deparei ao entrar em contato com o universo do juiz do trabalho.

São situações em que sujeitos vão ao Judiciário, cada qual com a importância e a urgência de suas queixas, mas que nem sempre podem ser acolhidas.

A subjetividade trazida à cena pelos processos toca o juiz e afeta sua interpretação e sua atuação, na medida em que ele é também diretamente concernido enquanto sujeito. Nesses casos, diante da complexidade humana, muitas vezes incompreensível, continua a acompanhar o processo, mesmo após a publicação da sua sentença, como algo que, para ele, sujeito, é difícil resolver, como um resto difícil de dele se desvencilhar. Se a sentença é mantida pelo tribunal, talvez fique a eterna dúvida do porquê foi capaz de convencer tão bem a turma de desembargadores, já que nem ele mesmo estava tão confortável com sua decisão. Se, por outro lado, a sentença for reformada, talvez então seja possível se distanciar um pouco do caso.

A resposta que se espera do magistrado se sustenta na letra da lei, mas, cada vez mais, é impossível desconsiderar a questão humana.

O que está acontecendo? Estamos na era do Outro que não existe e não marca mais seu lugar como poder. Não temos mais ideais e valores de um Outro a

quem recorrer. A ciência, com seus argumentos lógicos e racionais, questionou o poder das autoridades simbólicas e desautorizou as figuras que se sustentavam na tradição. O poder da palavra declinou, juntamente com o poder do pai e o poder do simbólico. A autoridade paterna, lugar de orientação e dos ideais, vacilou e não cumpre mais sua função. Não se trata apenas da ausência do pai da realidade, mas de sua ausência também no discurso de nossas crianças.

Pela impotência da palavra nos entregamos àquilo que a psicanálise denomina gozo, algo ilógico e desregrado. Gozo para a psicanálise não é a mesma coisa que o prazer; é o além do prazer. É o que se alcança por querer mais, por não se contentar simplesmente com o prazer. É a busca do prazer irrestrito como resposta social de desafio ao pai. É a extrapolação que leva à dor do excesso. É o prazer dolorido. Infelizmente, o objetivo atual da sociedade.

Somos estimulados a uma conduta cínica que desconsidera o outro e faz valer apenas o gozo de cada um. Goza-se na bebida, na comida, na droga, nas solitárias relações pela *internet*, mesmo que em grupo. Goza-se no perigo, no crime. Pode-se até estrangular e degolar cabeças para se gozar das contas bancárias de suas vítimas. Tudo isso porque se quer sempre mais. É a época de rechaço ao saber, do vacilo dos semblantes na cultura, da crise da autoridade, do ápice dos manuais de psiquiatria, numa sociedade em que se perde cada vez mais o sentido da tragédia.

O homem pós-moderno tem tentado buscar suas respostas em protocolos, estatísticas e manuais, prontos a explicá-lo como se fosse apenas um número a mais. Contabilizado e angustiado, é capaz de ouvir, sem críticas, um personagem da novela das oito dizer que, com certeza, na população 30% das pessoas tiveram, têm ou terão depressão. É a ideologia farmacêutica que se diz parceira dos gestores de saúde e promete milagrosas pílulas da felicidade, extremamente lucrativas ao capitalismo, já que 30% das pessoas consumiram, consomem ou consumirão medicamentos psiquiátricos.

Chegamos ao ponto em que, nas demandas dirigidas ao Judiciário trabalhista, a doença mental assumiu uma importância tão grande que alguns chegam a pensar que sua simples presença é garantia de ganho no processo. Isso traz enorme dificuldade para o juiz decidir, porque, mesmo em casos em que o laudo pericial não aponta adoecimento mental, mas que o juiz se convence de que há ali, por parte do empregador, conduta desrespeitosa, com atos abusivos que desqualificam e humilham, como fazer, se a causa de pedir se baseia na doença mental? Desconsiderar o laudo? É como se o abuso nas relações de trabalho só merecesse punição, caso houvesse adoecimento mental. Aí, então, não obteria vitória aquele trabalhador que foi submetido à arrogância e à frieza dos métodos cínicos e desumanos de gerenciamento, mas que, no entanto, não veio a sucumbir.

A sociedade atual presencia um aumento da angústia e da depressão. A utopia da “felicidade para todos” tem levado à depressão generalizada. Se a dor existe e a solução é o consumo, todos passam a ser consumidores e objetos de consumo e o sujeito contemporâneo se tornou mais objeto e menos sujeito. Pronto para ser reduzido a um número nos protocolos ou um CID nos manuais de psiquiatria, em busca de um ideal de felicidade fixo e padronizado. Desresponsabilizado de seus atos pela biologia que descreve tudo em termos de serotonina e dopamina, o que o desculpa por tudo na sua vida, o sujeito

pós-moderno apela ao Judiciário como um cliente desbussolado, angustiado e sem culpa. Afinal, tudo é biológico ou culpa do Outro.

Por outro lado, as empresas, com seus modelos de gestão pela competência, medem, classificam e incluem seus funcionários em estatísticas mortíferas e isso promove a inquietação, a desvalorização e a exclusão. São empregados entregues a uma prática de desrespeito, assédios e embates no ambiente de trabalho que estimula a rivalidade e transforma, com seus sistemas de avaliação, o homem em número a ser cifrado, fazendo com que não haja nenhuma diferença entre o humano e o objeto. E a administração de homens-coisa.

Avaliação! Está em todos os lugares. Até no Judiciário. Atualmente, o bom juiz das estatísticas é aquele que produz muito, faz muitas audiências, adoece pouco, presta obediência às súmulas, faz muitos acordos. Mesmo que para isso tenha que desconsiderar aquele reclamante que vai ao Judiciário por não concordar com sua sofrida experiência de abuso e desrespeito pela empresa, e que quer, mais do que tudo, não um acordo, mas uma sentença de uma autoridade, para que sua dor, tornada pública, adquira o valor e a dignidade de uma legítima queixa. Nesse caso, para esse reclamante, o acordo não é a melhor solução. Só que, para que isso aconteça, é necessário que haja juízes livres, que saibam se posicionar e responder pelos seus atos. Ou seja, juízes independentes e não apoiados pela biologia.

Os novos sintomas estão aí. E cada vez mais as pessoas, sem questionar as consequências, concordam em fazer parte das estatísticas que as incluem na crescente massa de portadores de transtornos mentais.

Bulimia, anorexia, déficit de aprendizagem, toxicomania, síndrome do pânico, depressão, *stress* pós-traumático são os atuais nomes dados para as inquietações humanas. Sigmund Freud, em seu texto “O mal-estar na civilização”¹, nos diz que “[...] a vida é dura demais [...]” e nos proporciona “[...] sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis [...]” e que, para suportá-la, precisamos lançar mão de “[...] medidas paliativas [...]”. O que ele quer dizer com isso é que a cultura faz exigências para que o homem entre na civilização; exige que ele abra mão de suas pulsões e isso não é fácil. Então, ele, homem, faz sintoma. Não existe ser humano sem sintoma e podemos ir mais longe até e dizer que não há homem totalmente são. Entretanto, isso não significa que somos todos deprimidos ou bipolares. O que temos é angústia. E isso, todos temos. Temos angústia porque não somos completos; porque, ao nascer, perdemos o complemento que nos liga ao Outro e essa perda é para sempre. Um defeito sem remédio. Seremos, então, sempre seres em falta. E isso é importante na medida em que essa falta nos faz movimentar, caminhar, desejar.

Entretanto, nossa sociedade não quer saber disso e busca freneticamente o prazer imediato, provisório e sem laço e optamos por desconhecer que a felicidade é transitória e contingente e que a realidade é a conformação do desejo.

¹ FREUD, Sigmund. (1930 [1929]/ 1974) *O mal-estar na civilização*. Edição *standard* das obras psicológicas de Sigmund Freud, v. 21, Rio de Janeiro: Imago Editora, p. 93.

A psicanálise luta contra a clínica do consumo que, como os Alcoólicos Anônimos, considera o consumo incurável; luta contra a clínica do *shopping*, do desejo devastador, sem limites, que não reconhece o verdadeiro desejo, sustentado pelo limite. Luta contra a homogeneização dos sujeitos e se volta para o singular.

E foi assim, orientada pela psicanálise, por sua ética que responsabiliza os sujeitos pelos seus atos, que fiz minha entrada no Centro de Direito e Psicanálise da Escola Judicial de Minas.

Quem é esse trabalhador juiz?

Aquele que lida com os excessos, com o que não se submete às regras, com o que escapa ao ordenamento; aquele que lida com os limites que a sociedade não consegue mais impor. A variedade de dificuldades nos relacionamentos humanos tem desaguado no Judiciário que tem sido a única instância capaz de barrar os excessos. Nas queixas endereçadas ao jurídico há sempre algo do gozo devastador a ser distribuído, organizado, regulado.

Mas o juiz tem seus pontos de vulnerabilidade. Com seus valores e crenças, sua subjetividade esbarra em situações que lhe exigem uma tomada de decisão e, muitas vezes, ele se angustia. Ele é solicitado a decidir, mesmo com suas dificuldades. Como bem disse um juiz: “Cada um de nós é um verdadeiro repositório de medos e angústias, ora reais, ora ilusórios. Desde a infância geramos e cultivamos esses temores, incompreensíveis e insondáveis ao nosso próprio entendimento.”

Ser juiz hoje é ter que lidar com a impossibilidade de uma resposta totalmente reparadora, porque não há a sentença ideal que acalme o vazio do ser. É lidar com os conflitos, mesmo sabendo que cada homem é um e deixa aparecer sua marca, seu traço particular que diz respeito ao lugar que ocupa no mundo, às suas escolhas e às suas decisões. Cada homem é passível de responsabilização naquilo que é seu, porque, por nossa posição de sujeito, somos todos responsáveis.

Em se tratando de humanos, o arranjado, o pré-definido e o programado não se sustentam e nem tudo é o que parece ser. Precisamos estar abertos aos elementos de novidade e, acima de tudo, sermos críticos para com os modelos impostos pela difusão da psicologia baseada na biologia do comportamento humano que tudo mensura, quantifica, padroniza.

Homens são tornados doentes ao se identificarem com o discurso científico que se oferece à tecnocracia e que, por meio do olhar de seus *experts*, trata os homens como ratos de laboratório. Mas ao rato interessa apenas fazer com que seu corpo sobreviva. Com o homem é diferente; ele possui um inconsciente. Então, ele pode querer mais. E ele quer mais:

“A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte.”²

² Música “Comida”. Composição de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito.